SUMÁRIO

TEORIA GERAL DO REGISTRO CIVIL 15

1. Visão Geral 15

1.1. Conceito 15
1.2. Características 17

2. Prestação do serviço 17

2.1. Expediente ao Público 17
2.2. Atemporalidade 18
2.3. Ininterruptividade 18
2.4. Horário 19
2.5. Prazos 20
2.6. Plantão 22
2.7. Gratuidade plena 23
2.8. Gratuidade controlada 24
2.9. Compensação pelos atos gratuitos 28
2.10. Localização 32
2.11. Convênios 33
2.12. Informatização 36

3. Estrutura 37

3.1. Sujeitos do Registro Civil 37
3.1.1. O Registrador civil 37
3.1.2. Os Prepostos 38
3.1.3. O Ministério Público 39
3.1.4. As Corregedorias 40

3.2. Objeto do Registro Civil 41
3.2.1. Introdução 41
3.2.2. Natureza jurídica 41

3.2.3. Atos e fatos registráveis....42
3.3. Forma da prática dos atos....44
3.3.1. Assentos....44
3.3.2. Averbações....45
3.3.3. Anotações....46
4. Princípios....46
4.1. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana....46
4.2. Princípio da Legalidade....48
4.3. Princípio da Independência do Registrador....50
4.4. Princípio da Instância (Rogação)....51
4.5. Princípio da Veracidade ou Fé....51
4.6. Princípio da Territorialidade....51
4.7. Princípio da Conservação....52
4.8. Princípio da Continuidade....53
4.9. Princípio da Especialidade....53
4.10. Princípio da Autenticidade....54
4.11. Princípio da Publicidade....54
5. Central Eletrônica e o Operador Nacional....55
5.1. Conceito....55
5.2. Regime Jurídico....56
5.3. Integrantes....57
5.4. Atos praticados....58
5.5. Operabilidade....59
5.6. Consulentes....60
5.7. Certidões....60
5.8. Operador Nacional do Registro Civil das Pessoas Naturais (ON-RCPN)....62
5.8.1. Natureza e posição do ON-RCPN no SERP....62
5.8.2. Relação com o ONSERP....62
5.8.3. Plataforma própria do Registro Civil....62
5.8.4. Sistemas específicos instituídos pelo ON-RCPN....63
5.8.5. Poder normativo técnico do ON-RCPN....64
5.8.6. Fiscalização do ON-RCPN....64
5.8.7. Sustentação financeira do ON-RCPN....64
5.8.8. Proibição de cobrança ao usuário....65
5.8.9. Nova estrutura do SERP a partir do Provimento CNJ nº 229/2026....65
5.8.9.1. Interoperabilidade e participação do ON-RCPN....65
5.8.9.2. Número Registral – NR....66
5.8.9.3. Fiscalização eletrônica das serventias....66
5.8.9.4. Obrigações diárias dos cartórios de Registro Civil....66

6. Escrituração 67

6.1. Livros 67
6.2. Aspectos técnicos 68
6.2.1. Medidas 68
6.2.2. Encadernação 68
6.2.3. Número de folhas 69
6.3. Abertura e encerramento dos livros 69
6.4. Índice 69
6.5. Estrutura 70
6.6. Formalizações 71
6.7. Classificadores 72

7. Procedimento 74

7.1. Protocolo 74
7.2. Qualificação registral 74
7.2.1. Qualificação positiva 74
7.2.2. Qualificação negativa 75
7.2.3. Nota devolutiva 75
7.3. Dúvida registral civil 75

8. Certidões 76

8.1. Conceito 76
8.2. Requisitos 76
8.3. Espécies 77
8.3.1. Certidão em inteiro teor 77
8.3.2. Certidão em breve relatório 78
8.3.3. Certidão por quesitos 78
8.4. Requerimento 79
8.4.1. Legitimidade 79
8.4.2. Forma 79
8.5. Prioridade 81
8.6. Proteção de dados pessoais 82
8.6.1. Fundamento constitucional e legal 82
8.6.2. Classificação dos dados pessoais 83
8.6.3. Limites à publicidade no Registro Civil 83
8.6.4. Incidência e reflexos da LGPD no RCPN 85
8.7. Papel de segurança 89

NASCIMENTO 91

1. Visão Geral 91

1.1. Conceito 91
1.2. Natureza jurídica 91
1.3. Características 92
1.3.1. Obrigatoriedade 92
1.3.2. Instrumento de Cidadania 93
1.3.3. Relevância estatística 93
1.3.4. O fenômeno do sub-registro 94
1.3.5. Gratuidade 95
1.3.6. Perpetuidade 97
1.3.7. Dinamicidade 97

2. Competência 98

2.1. Regra Geral 98
2.2. Nascimentos ocorridos a bordo de embarcação 99
2.3. Registro fora do prazo 100
2.4. Nascimento seguido de morte 101
2.5. Nascimento ocorrido no Distrito Federal 102
2.6. Nascimento ocorrido no Exterior 102
2.7. Incompetência 103

3. Prazos 103

3.1. Prazo ordinário 103
3.2. Locais distantes 104
3.3. Prazo dos genitores 104
3.4. Nascimentos ocorridos a bordo 104
3.5. Registro fora do prazo 104

4. Procedimento 105

4.1. Declaração de Nascido Vivo (DNV) 105
4.2. Instância 107
4.3. Declarantes 107
4.3.1. Capacidade 107
4.3.2. Legitimidade 110
4.3.3. Identificação 111
4.4. Qualificação dos Documentos 113
4.5. Diligências do Oficial 115
4.6. Escolha do nome 115
4.7. Lavratura do Assento 119
4.7.1. Elementos que devem constar 119
4.7.2. Elementos que não devem constar 121
4.8. Testemunhas 122

4.9. Escrituração 122
4.10. Primeira certidão 124

5. Situações especiais 124

5.1. Registro de nascimento fora do prazo 124
5.1.1. Competência 124
5.1.2. Procedimento 125
5.1.3. Requerente 128
5.1.4. Forma 129
5.1.5. Documentos 131
5.1.6. Entrevista com o registrando 131
5.1.7. Entrevista com o declarante 133
5.1.8. Entrevista com as testemunhas 133
5.1.9. Qualificação registral 134
5.1.10. Estabelecimento da Filiação 134
5.1.11. Lavratura 136
5.1.12. Duplicidade e cancelamento 136
5.1.13. Modelos de peças 138
5.1.13.1. Modelo 1 - Registro de Nascimento fora do Prazo 138
5.1.13.2. Modelo 2 – Registro de Nascimento fora do Prazo 139
5.1.13.3. Modelo de Requerimento da Lei 11.790/2008 140
5.1.13.4. Modelo de Declaração de Nascimento e Petição de Registro Tardio 140
5.1.13.5. Modelo de Atestado 141
5.1.13.6. Modelo de Certidão de Entrevista 142

5.2. Assento do indígena 142
5.2.1. Modelo de peças 145

5.3. Adoção 147
5.3.1. Modelo de peça 149
Averbação de Adoção 149

5.4. Registro de nascimento em caso de omissão 149

6. Modelos de peças 150

6.1. Modelo de Registro Básico 150
6.2. Visualização do Registro de Nascimento no Livro A 151
LIVRO A Nº..... 151

6.3. Registro de nascimento por declaração em cartório 152
Modelo 1 - Nascimento por declaração em cartório (nascimento em maternidade) 152
Modelo 2 – Declaração com o comparecimento de ambos os pais 153

6.4. Registro civil de nascimento fora da maternidade 153
Modelo de Registro por Declaração em Cartório de Nascimento fora da Maternidade.... 153
Modelo de Declaração de Nascido fora da Maternidade 154

CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL 155

1. Habilitação 155

1.1. Conceito 155
1.2. Competência 155
1.3. Requerimento 156
1.4. Documentos necessários 157
1.4.1. Certidão de nascimento ou documento equivalente 157
1.4.2. Autorização dos representantes legais ou ato judicial que a supra 160
1.4.3. Declaração de duas testemunhas 160
1.4.4. Declaração do estado civil, do domicílio e da residência atual dos contraentes e de seus pais, se forem conhecidos 161
1.4.5. Certidão de óbito do cônjuge falecido, de sentença declaratória de nulidade ou de anulação de casamento, transitada em julgado, ou do registro da sentença de divórcio 162
1.4.6. Protocolo e autuação 163
1.5. Qualificação registral 163
1.5.1. Orientação do registrador 163
1.5.2. Escolha de regime e pacto antenupcial 163
1.5.3. Nome 166
1.6. Proclamas e Editais 167
1.7. Vista ao Ministério Público 170
1.8. Certidão de habilitação 171
1.9. Modelos de peças 173
Processo de Habilitação de Casamento – Primeira Fase 173
Modelo de Edital 174
Livro D - Registro de Proclamas 175
Expedição de Editais de Proclamas 175
Publicação de Editais de Proclamas 175
Manifestação do Ministério Público 176
Expedição de Habilitação dos Pretendentes 176
Juntada 176
Certidão de Habilitação dos Pretendentes 177

2. Celebração 178

2.1. Requerimento ao juiz de casamento 178
2.2. Designação de data e local 179
2.3. Cerimônia de casamento 179

3. Registro 181

3.1. Modelo de peça 182
REGISTRO DE CASAMENTO – LIVRO B 182

4. Incidentes 183

4.1. Oposição 183
4.2. Impedimentos 184
4.3. Causas Suspensivas 185
4.4. Dispensa dos Proclamas 187
4.5. Justificação 188
4.6. Casamento religioso 189
4.6.1. Modelo de peças 192
4.6.1.1. REGISTRO DE CASAMENTO RELIGIOSO PARA EFEITOS CIVIS (LIVRO B – AUXILIAR) 192
4.7. Casamento in extremis 195
4.7.1. Moléstia Grave 195
4.7.2. Casamento nuncupativo 196
4.7.2.1. Modelo de peças 198
4.7.2.1.1. Registro de Casamento "Nuncupativo" 198
4.8. Casamento Comunitário 199
4.8.1. Noções gerais e requerimento 199
4.8.2. Procedimento 199
4.9. Conversão da união estável em Casamento 200

ÓBITO 207

1. Registro 207

1.1. Declaração de Óbito (DO) 207
1.2. Prazo 207
1.3. Declarantes 208
1.4. Elementos do assento 211
1.5. Serviço de Verificação de Óbito (SVO) 212
1.6. Emissão da certidão 213

2. Serviço Funerário Municipal 213

3. Situações especiais 215

3.1. Utilização do cadáver para estudos e pesquisas 215
3.2. Cremação de cadáver 217
3.3. Óbitos a bordo de navios e aeronaves 218
3.4. Desaparecidos políticos 219
3.5. Óbitos sem atestado médico 219
3.6. Inumação de cadáver 220
3.7. Natimorto 221

3.8. Justificação de óbito 223
3.9. Corpos não identificados ou identificados não reclamados — Resolução CNJ nº 684/2026 224

4. Morte Presumida 226

LIVRO "E" 229

1. Visão Geral 229

1.1. Atos Registráveis 229
1.2. Atribuição 229
1.3. Características 230
1.3.1. Operabilidade 230
1.3.2. Unitariedade 230
1.3.3. Subsidiariedade 231
1.3.4. Transitoriedade 232
1.3.5. Exemplificatividade 232
1.3.6. Publicidade reflexa 232

2. Emancipação 233

3. União estável 236

3.1. Introdução 236
3.2. Registro da União Estável 237
3.2.1. Facultatividade e eficácia 237
3.2.2. Competência registral 237
3.2.3. Títulos hábeis 238
3.2.4. Termo declaratório de reconhecimento e dissolução 239
3.2.5. Títulos estrangeiros 240
3.2.6. Datação 242
3.2.7. Lavratura do assento 243
3.2.8. Anotações recíprocas 245
3.2.9. Dissolução da união estável 245
3.3. Alteração de regime de bens na união estável 246
3.4. Conversão da União Estável em Casamento 247
3.4.1. Introdução 247
3.4.2. Procedimento registral 248
3.4.3. Efeitos 251
3.4.4. Regime de bens 252
3.5. Procedimento de certificação eletrônica de união estável 254
3.6. Modelos de peças 256
Registro de União Estável Reconhecida por Escritura Pública 256
Registro de União Estável reconhecida por sentença judicial declaratória 257

Registro de União Estável reconhecida por termo declaratório no Registro Civil das Pessoas Naturais ... 258
Termo Declaratório de União Estável ... 259

4. Institutos Protetivos ... 260

4.1. Interdição ... 260
4.2. Tomada de decisão apoiada ... 261
4.3. Tutela ... 262

5. Opção de nacionalidade ... 263

6. Traslados ... 265

6.1. Disposições gerais ... 265
6.2. Traslado de nascimento ... 268
6.3. Traslado de Casamento ... 274
6.4. Traslado de óbito ... 277

AVERBAÇÕES E ANOTAÇÕES ... 279

1. Averbações ... 279

1.1. Conceito ... 279
1.2. Natureza jurídica ... 279
1.3. Princípios ... 280
1.3.1. Princípio da segurança jurídica ... 280
1.3.2. Princípio da veracidade ... 280
1.3.3. Princípio da continuidade ... 280

1.4. Características ... 281
1.4.1. Exemplificatividade ... 281
1.4.2. Fiscalização ... 282
1.4.3. Lançamento marginal ... 282
1.4.4. Completude ... 283
1.4.5. Publicidade ... 283
1.4.6. Tempestividade ... 283

1.5. Averbações no Livro "A" ... 283
1.5.1. Atos Averbáveis ... 283
1.5.1.1. Alteração do prenome ... 284
1.5.1.2. Inclusão e exclusão de sobrenomes familiares ... 286
1.5.1.3. Alteração do sobrenome em virtude da união estável ... 289
1.5.1.4. Alteração do sobrenome em virtude do casamento ... 290
1.5.1.5. Alteração do sobrenome nos assentos reflexos ... 292
1.5.1.6. Inclusão do sobrenome do padrasto ou madrasta ... 293
1.5.1.7. Alteração no nome da vítima e testemunha protegida ... 294

1.5.1.8. Reconhecimento espontâneo de paternidade 295
1.5.1.9. Averiguação oficiosa 299
1.5.2. Reconhecimento espontâneo de parentesco socioafetivo 301
1.5.2.1. Reconhecimento judicial de paternidade 303
1.5.2.2. Tutela 305
1.5.2.3. Suspensão ou Perda do Poder Familiar 305
1.5.3. Guarda 306
1.5.3.1. Adoção 307
1.5.3.2. Perda da nacionalidade 309
1.5.3.3. Alteração de sexo e nome do transgênero 309
1.5.4. Modelos de peças 312
Averbação da alteração do prenome nos termos do art. 55, § 4º, da Lei 6.015/1973 ... 312
Averbação da alteração do prenome nos termos do art. 56 da Lei 6.015/1973 313
Averbação de Investigação de Paternidade (mandado) 313
Averbação da alteração do prenome e do gênero pessoa transgênero 313
Averbação de Adoção 313
Averbação de Tutela 314
Averbação de Levantamento de Tutela 314
Averbação de Reconhecimento de Filho 314

1.6. Averbações no livro "B" 315
1.6.1. Atos Averbáveis 315
1.6.2. Separação, Divórcio, Restabelecimento da Sociedade Conjugal e conversão da separação em divórcio 315
1.6.3. Nulidade e Anulação de Casamento 319
1.6.4. Divórcio efetuado no Estrangeiro 319
1.6.5. Alteração do Regime de Bens 321
1.6.6. Retomada do nome de solteiro 323

1.7. Averbações no livro "C" 324
1.8. Averbações no livro "E" 324
1.8.1. Averbações no Registro de Interdição 324
1.8.2. Averbações no Registro de Ausência 325
1.8.3. Averbações no Registro de União Estável 325
1.8.4. Averbações nos Traslados 326

2. Retificações 327

2.1. Visão Geral 327
2.2. Retificação judicial 328
2.3. Retificação extrajudicial 329

3. Restaurações 332

4. Suprimentos 335

5. Cancelamento 336

5.1. Visão geral 336
5.2. Hipóteses 337

6. Anotações 339

6.1. Conceito 339
6.2. Natureza jurídica 341
6.3. Princípios 341
6.3.1. Princípio da continuidade 341
6.3.2. Princípio da mutabilidade do assento 342
6.3.3. Especificidades 342

BIBLIOGRAFIA 343